

ATA DA 15ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – BIÊNIO 2021/2022 DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022.

1 Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte dois, às nove horas e trinta minutos, em
2 segunda chamada, realizou-se a décima quinta Assembleia Geral Ordinária – biênio 2021/2022 do
3 Conselho Municipal De Defesa Do Meio Ambiente – COMDEMA, realizada em ambiente virtual, com
4 seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura, discussão e aprovação da Ata da 14ª Assembleia Geral Ordinária do
5 biênio 2021/2022; 2. Correspondências enviadas e recebidas; 3. Santos, como o município avança nas
6 diretrizes e investimentos em meio ambiente (Município Verde Azul) – SEMAM; 4. Apresentação da
7 Proposta feita pela ACS para a Prefeitura de Santos sobre IPTU Verde - Sr. Jose Eduardo Lopes; 5.
8 Apresentação do andamento do processo que visa estabelecer contrato de concessão para parceria
9 público-privada – PPP, dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no
10 Município de Santos – SEPLAN; 6. Atividades das Câmaras Técnicas; 7. Assuntos Gerais. O
11 Presidente iniciou a Assembleia cumprimentando todos os participantes, efetuou a chamada e a lista
12 de presença será anexada a Ata. **Item 1**, a Ata foi enviada previamente por e-mail, houve correção
13 desta na Assembleia, sendo aprovada. Esta será encaminhada por e-mail para ciência junto com a lista
14 de presença. Sr. Mario Bodon (CREA) perguntou do funcionamento do Conselho com relação às faltas
15 e o Presidente informou que encaminhará o Regimento Interno e esclareceu que as faltas contam por 1
16 ano. No **Item 2**, o Presidente informou que quanto aos ofícios encaminhados às entidades faltantes
17 todos responderam, exceto o Centro Acadêmico Octavio Borba, que será informando de sua exclusão
18 do Conselho, sendo seu segmento de entidade estudantil com representação local. Participou que
19 encaminhará a CT de Legislação materiais de chamamentos anteriores para que recomendem o
20 procedimento a ser seguido. Informou que o procedimento da Lei de criação do COMDEMA é através
21 de chamamento publico, e que encaminhará materiais a CT para que recomendem como proceder. Sr.
22 Jean sugeriu que seja encaminhada também proposta de assentos rotativos e que todas as vagas
23 sejam por edital de chamamento público. O Presidente lembrou que a Sra. Luciana propôs
24 anteriormente a atualização da legislação do COMDEMA, por isso, encaminhará essa questão a CT de
25 Legislação Ambiental. Sr. Andre concordou, e apoiou que todos os assentos do COMDEMA sejam
26 rotativos e também que seja feita a revisão do Regimento Interno. Sr. Ibrahim perguntou sobre a
27 questão da imunidade de corte de uma ameixeira-da-mata na Pinacoteca Benedicto Calixto, pois
28 encaminhou anteriormente por e-mail. Presidente respondeu que será enviado para análise de Câmara
29 Técnica. Sra. Glauca participou sobre os ofícios encaminhados às Secretarias faltantes, sendo que
30 SEFIN, SEDS e CET não responderam. Informou que a carta de recomendação de retorno da
31 COPAÍSA a SEMAM está em análise do Dr. Sylvio e que a de recomendação–à SEMAM sobre
32 Inventario Arbóreo ate o momento não teve devolutiva. Comunicou sobre convite de Audiência Publica
33 de Saneamento Básico encaminhado aos conselheiros em 04/04 por e-mail. O Presidente informou que
34 a empresa ELTE foi convidada para apresentar relatório de impacto ambiental, no entanto será pautado
35 na próxima Assembleia. Participou que o processo desta, contem Pen Drive com todas as informações
36 e disponível para consulta na SEMAM. Leu despacho dado pela Sra. Greicilene sobre recomendação
37 da criação de Plano Diretor de Arborização Urbana no Município, “... que este está em total

38 consonância com o PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica”. Sr.
39 Jean participou que não encontrou informações no site da Prefeitura sobre a Audiência Pública de
40 Saneamento Básico e que não houve divulgação. Sr. Marcos Libório informou que a divulgação foi no
41 Diário Oficial na sexta-feira, sendo publicada matéria ainda no ar sobre o assunto e que ontem realizou
42 entrevista a respeito da Audiência. Ressaltou do encaminhamento de ofício sobre esta, ao COMDEMA.
43 Frisou que as contribuições devem ser realizadas on-line via link divulgado e este ficará aberto até dia
44 03/05 para recebimento destas. Participou que qualquer outra questão seja encaminhada por e-mail
45 para esclarecimentos. Sr. Jean destacou que a notícia foi colocada ontem às 20 horas e que a
46 Audiência deve ser marcada com antecedência para participação efetiva da população, pois o relatório
47 é extenso, (+ ou - 300 páginas). Indignou-se por esta publicação ter sido divulgada com 03 dias de
48 antecedência, ferindo os princípios da Audiência que é a ampla divulgação. Mencionou que
49 propagandas mostram Santos como 1º lugar em saneamento, sendo uma falácia, pois é apenas a área
50 de cobertura da SABESP, não contando com áreas dos morros e a área continental. Sr. Marcos Libório
51 ressaltou a importância das entidades se manifestarem. Reforçou que a Audiência é sexta-feira, dia
52 08/04, e que o link ficara aberto para considerações por 30 dias. Sr. Ibrahim perguntou da Ata da
53 audiência do Conselho de Saneamento. O Sr. Marcos Libório participou que o Sr. Sylvio Alarcon é o
54 presidente do Conselho de Saneamento podendo esclarecer qualquer informação a respeito deste.
55 **Item 3**, Sr. Marcos Libório informou que solicitou que os Srs. Fernando Azevedo e Fernando Almeida
56 que preparassem duas apresentações: 1. Orçamento e investimento que a SEMAM tem realizado e
57 Planejamento para 2022; 2. Diretrizes Ambientais. Informou que é o financeiro e o pragmático para que
58 o conselho tenha a maior clareza possível. Sr. Fernando Azevedo deu início a apresentação referente
59 ao orçamento mencionou a Lei nº 3.983/2021 – LOA 2022 – que estima a receita e fixa a despesa do
60 município de Santos para o exercício financeiro de 2022 e o Art. 3, I - Despesa Orçamentária da ADM
61 Direta para a Secretaria de Meio Ambiente R\$ 10.879.000,00. Apresentou a Distribuição do Orçamento,
62 Fonte 01 e gráfico de Utilização do Orçamento - Demais Fontes. Na continuidade, Sr. Fernando
63 Almeida apresentou na forma de slides como o Município Avança Nas Diretrizes e Investimentos em
64 Meio Ambiente: Programa Município VerdeAzul (PMVA). Informou que o PMVA é uma iniciativa que
65 estimula ações ambientais locais e avalia os resultados gerados nos municípios, sendo o propósito
66 medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental municipal, regional e estadual. Participou que objetivo é
67 instituir e manter estruturas e conselhos municipais de meio ambiente, além de corpo técnico voltado
68 ao meio natural. Mencionou a Resolução SIMA nº 081, de 21 de julho de 2021, “estabelece
69 procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação da certificação, no âmbito do Programa
70 Município VerdeAzul - PMVA”; designando as atribuições e deveres do Programa Município VerdeAzul,
71 da secretaria de infraestrutura e meio ambiente e dos municípios paulistas, para a implementação do
72 programa. Compartilhou o link para acesso:
73 <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2021/07/resolucao-sima-no-81-2021>.
74 Informou sobre as diretrizes PMVA: 1- município sustentável, 2- estrutura e educação ambiental, 3 -
75 conselho ambiental, 4- biodiversidade, 5- gestão das águas, 6- qualidade do ar, 7- uso do solo, 8-
76 arborização urbana, 9- esgoto tratado e 10- resíduos sólidos. Participou que a avaliação é bianual e ao
77 final de cada fase, será avaliada a eficácia dos municípios na condução das tarefas propostas. Os

78 municípios certificados devem apresentar a nota mínima de 80 pontos. Na sequência informou os
79 benefícios aos municípios certificados: prioridade na captação de recursos estaduais, este exemplificou
80 usando o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO; Realização de convênios com
81 universidades e instituições organizações nacionais e internacionais que atuem com a temática
82 ambiental; Utilização da logomarca na divulgação do programa junto à comunidade; Maior atratividade
83 para empresas e grandes empreendimentos com agenda ambiental instituída, se instalem no
84 município; Maior visibilidade aos trabalhos promovidos pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;
85 Acesso ao ICMS ambiental (ecológico) – lei estadual nº. 17.348/2021. Sr. Mario Bodon questionou
86 sobre o posicionamento de Santos no 22º lugar no ranking, pois ano passado foi feita uma revisão
87 referente a uma pontuação que não havia sido contabilizada e Santos havia passado para o 21º lugar.
88 Sr. Fernando Almeida participou que além de Santos, outros municípios entraram com recursos de
89 revisão. Esclareceu que não se deve atentar tanto a posição do ranking, pois a cada ano ocorrem
90 alterações de critérios, e sim a pontuação, pois a pontuação reflete as políticas públicas que
91 apresentam continuidade nas administrações municipais. Sr. Marcos Libório agradeceu as
92 apresentações e informou sempre que possível estará disponível ao Conselho. Sr. Andre Tomé
93 agradeceu a apresentação orçamentária e sugeriu que esta seja feita toda primeira reunião do ano.
94 Perguntou se há algum plano para o aumento do número de ônibus elétricos. Perguntou se entidades
95 civis e institutos podem utilizar a logomarca do PMVA e como está Santos em relação com ranking de
96 cidades com maiores extensões de ciclovias. Sr. Fernando Almeida participou que quanto a logomarca
97 do PMVA utilizada pela prefeitura, caso alguma Entidade queira é necessário contatar a Diretoria de
98 Comunicação veiculada a SEGOV para consulta quanto a autorização de uso desta, e que irá se
99 informar sobre a questão do ranking e ciclovias. Quanto aos ônibus elétricos participou que não há
100 parecer oficial por parte da CET e seria interessante um aumento na frota na rede de Santos. Sr.
101 Ibrahim mencionou sobre animais silvestres na área insular, principalmente nos morros e na trilha do
102 boi-morto. Ressaltou que notou muitos animais atropelados. Sugeriu criar medidas para a proteção
103 desses. Salientou que conforme prevê o PMVA a participação das sociedades de melhoramento de
104 bairros é importantíssima. Frisou que em relação ao Fehidro que quando participou do Comitê de
105 Bacias fez indicação de que todos os projetos fossem analisados do ponto de vista mais sustentável,
106 ambiental, social e economicamente possível. **Item 4**, Sr. José Eduardo Lopes, informou que dia 28 de
107 outubro ocorreu evento na ACS sobre o IPTU Verde, onde a ACS entregou documento à prefeitura com
108 todos os compromissos da Associação e o incentivo a adoção dessas medidas no município, fez breve
109 explicação do documento na qual foi proposto que o município adote o IPTU Verde, basicamente
110 destinado a conceder reduções, estimulando os proprietários de imóveis a adotarem energias
111 renováveis, exemplificou a energia solar, captação da água da chuva, cobertura de mata nativa e
112 cobertura vegetal. Participou que o material foi encaminhado aos conselheiros via e-mail contendo link
113 com texto encaminhado ao executivo e a realização do evento. Este reforçou que o ideal é conceder
114 esse benefício a todos os interessados em promover a sustentabilidade. Informou sobre grupo temático
115 de ESG, que tem como objetivo o tripé sustentável. Mencionou 02 eventos: 1. Ocorrerá na ACS dia
116 27/04, evento na qual esta irá apoiar a Prefeitura Municipal de Santos (PMS) no lançamento da agenda
117 2030 em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da

118 ONU. Informou que a PMS fará um diagnóstico de como está o avanço na questão das ODS e isso
119 inclui a participação da sociedade civil; 2. Dia 24/04, uma associada da ACS fará o lançamento dos
120 seus compromissos, seu tripé ambiental. Ressaltou que muitas empresas perceberam os benefícios da
121 prática da sustentabilidade. O Presidente agradeceu a participação e comentou que entende que essa
122 defesa do IPTU verde e o incentivo a sustentabilidade deveriam ser prioridade do COMDEMA no
123 sentido de apoiar essas iniciativas. Sr. Andre Tomé parabenizou a Associação Comercial de Santos
124 pela iniciativa e participou que leu o documento e que é muito importante essa iniciativa e reforçou que
125 já tinha comentado na Assembleia passada que já havia uma proposta bastante objetiva tendo em vista
126 a cidade de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, que tem uma lei sobre essa questão. Participou que
127 encaminhou na data de 05/04, em nome da CT de Desenvolvimento Sustentado e-mail com proposta
128 de 03 minutas de resolução: 1º referente à legislação para o IPTU Verde adaptada ao município de
129 Santos; 2º Compras e os contratos da Prefeitura, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas ou de
130 economia mista, seus órgãos e departamentos; 3º Áreas Verdes. Informou que o Sr. André Mafrá fez
131 levantamento com a relação de todas as cidades brasileiras que possuem legislação voltada para o
132 IPTU Verde. Sr. Ibrahim parabenizou a ACS pela apresentação e ressaltou sobre a necessidade de as
133 Universidades participarem em conjunto neste assunto. **Item 5**, Sr. Fabio Ferraz, Secretário da
134 Secretária de Planejamento e Inovação (SEPLAN), cumprimentou os presentes e agradeceu ao
135 convite. Esclareceu que a SEPLAN tem uma célula interna para tratar da questão da PPP, tendo
136 também a liderança do presidente das PPP's do município, Dr. Silvio Alarcon e do ponto de vista
137 técnico, a realização da SEPLAN colaborando com a comissão constituída no município. Salientou que
138 a PPP é uma solução clara e direta para alguns problemas que possam ter grande repercussão
139 pública. Disse que sobre o tema (PPP's) há legislação federal, estadual e municipal e que a de Santos
140 foi criada em 2013. Ressaltou que do ponto de vista jurídico das PPP's, as 03 legislações têm que
141 dialogarem entre si. Informou que será a primeira PPP realizada neste sentido estrito, de articulação
142 sobre o tema que estão trabalhando no município. Explicou conceito básico da aplicação de uma PPP
143 que é quando o poder público precisa realizar algo e não há recursos este convida o setor privado para
144 cooperar na realização. Utilizou como exemplo o metrô e malha ferroviária, no qual o poder público
145 precisa fazer a estação de uma linha da rede do metro, ele convida o setor privado para fazer a
146 instalação permitindo a este, a concessão de exploração de serviços por tempo determinado. Afirmou
147 que esta lógica só é válida se tiver demonstração absoluta do interesse público quanto à contenção no
148 uso de recursos. Informou que o tema principal de hoje é a discussão da destinação dos resíduos
149 sólidos. Expôs que basicamente o município precisa fazer investimentos na ordem de 600 milhões de
150 reais, que são necessários. Citou alguns contingentes de investimentos necessários para o município:
151 a nova estação de transbordo de resíduos sólidos (intervenção expressiva), a reestruturação da região
152 da Alemoa (devolução de terreno específico para uma reorganização ambiental); distribuição de eco
153 pontos (destinação de resíduos de toda ordem) e a compostagem. Apontou como segundo ponto
154 importante o Marco Regulatório de Saneamento que já não permite que continue a contratar pela lei nº
155 8666/96 "Lei de licitações". Informou que vários municípios do Brasil utilizam as PPP's. Participou que
156 foram realizados estudos técnicos importantes e que foi contratada uma Instituição, a
157 Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) ligada Universidade de São Paulo (USP) para

158 colaborar na modelagem financeira para se chegar num bom tema para consolidação de PPP's.
159 Informou que a legislação aponta que se realize uma Audiência Pública, no entanto ocorreram três,
160 sendo a 1ª na Associação do Engenheiros e Arquitetos (AEAS) seguindo todos requisitos necessários
161 para realização desta (publicação de edital de convite a população publicados em jornais de grande
162 circulação (Diário Oficial do Município, jornal a Tribuna e Folha de São Paulo) foram feitas consulta
163 pública por 30 dias após esta, sendo recebidas dezenas de observações, ressaltou a participação
164 muito ampla da população para contribuir com a 1º Audiência Publica. Informou que a 2º foi na OAB, na
165 região central da cidade e a 3º ocorreu na Câmara Municipal de Santos após convite desta. Voltou a
166 dizer que em todas as Audiências tiveram participação efetiva da população, sendo muito importante
167 para chegar na consolidação do Edital. Registrou que umas das considerações foi a instalação de uma
168 estação específica para compostagem. Pontuou que após readequação orçamentária a ideia é dobrar o
169 numero de contentores já existentes na cidade, também o aumento dos ecopontos de 03 para 06, e o
170 fortalecimento da estratégia de educação ambiental e que na nova estação de transbordo que terá um
171 espaço para esta estratégia. Informou que isto está instituído no próprio contrato da PPP. Explicou que
172 o contrato estipula tanto investimentos importantes que terão desembolso nos primeiros 04 anos um
173 total de investimentos da empresa vencedora da licitação. Informou que também terão a exploração do
174 contrato de destinação dos resíduos sólidos pelo prazo de 30 anos pela empresa. Mencionou a
175 importância das observações trazidas pelos representantes do Ministério Público na qual foram feitos
176 todos os esclarecimentos necessários. Participou que a Procuradoria do Município está analisando
177 todos os requisitos legais e após consolidação desta, será encaminhado a uma comissão específica
178 responsável pelo processo licitatório da PPP e após seu aval, a posterior publicação em meados de
179 abril no Diário Oficial do edital para que haja inicio da concorrência pública. Participou que o
180 COMDEMA será um dos principais fiscalizadores desse novo contrato pelas questões inerentes a
181 função da atividade de preservação do meio ambiente de forma geral. Explanou que Santos tem a
182 crescer muito com a PPP. O Presidente perguntou se a partir de agora não cabe mais participação da
183 sociedade, pois vários conselheiros manifestaram vontade de colaborar com a PPP. Sr. Fabio
184 respondeu que foi absolutamente superada essa fase, pois teve ampla participação com as 03
185 audiências públicas e mais 30 dias de consulta pública e muito do que foi colocado foi aproveitado para
186 aprimorar a minuta de edital. Sra. Luciana lembrou que a CT de legislação Ambiental se debruçou nos
187 regramentos, tentando fazer com que a legislação ambiental fosse aplicada ao contrato. Perguntou se
188 a CT pode ter acesso à minuta encaminhada a Procuradoria. Relembrou que a CT enviou uma minuta
189 para avaliação e não houve retorno. Sr. Fabio respondeu que se trata de um documento público e que
190 evidentemente será publicado em Diário Oficial para que se inicie o processo licitatório, mas
191 encaminhará a minuta ao Presidente. Sra. Luciana agradeceu a disponibilização e informou que é
192 importante participar da leitura da minuta, afinal é um contrato importantíssimo. Ressaltou que o
193 município tem uma legislação ambiental muito dinâmica. Sr. Ibrahim ponderou que o problema dos
194 resíduos domiciliares são os orgânicos que compõem 55% do total e que não são rejeitos, apesar de
195 serem tratados como. Mencionou estudo do Ministério do Meio Ambiente que compara o incinerador
196 Mass Burn com o biodigestor anaeróbico, e que o biodigestor supera o incinerador em todos os
197 quesitos, incluindo a geração de empregos. Sugeriu uma PPP específica para coleta e destinação dos

198 resíduos orgânicos para compostagem aeróbia e anaeróbia. Sr. Andre colocou que o maior problema é
199 o modelo de gestão proposto que vai na contra mão da sustentabilidade, sem levar em conta as
200 melhores práticas existentes. Lembrou que foi informado que será a 1ª PPP do município. Sugeriu que
201 reflitam que a primeira PPP, não deveria ser no valor de 8 bilhões de reais para 30 anos. Participou que
202 nos países que tem PPP foram considerados a fração orgânica, a coleta dos recicláveis divididos,
203 separados em mais de um tipo, no mínimo 2. Mencionou a fala do Sr. Ibrahim que cita que a maior
204 fração dos resíduos é orgânica. Participou que foi proposto uma área muito pequena, que não será
205 possível fazer a compostagem nem de 0.1% do orgânico gerado no município. Mencionou que para
206 educação ambiental será feita apenas uma estrutura, e que ficará a cargo da Secretaria de Meio
207 Ambiente efetuar a educação ambiental dentro desta estrutura. Quanto as audiências, Sr. Andre
208 informou que na 1ª Audiência não foi transparente, pois, a documentação para a sociedade foi
209 disponibilizada a partir desta, A 2º foi para apresentar o que foi considerado das contribuições.
210 Exemplificou que nesta, não houve participação de representante da Comissão de Meio Ambiente da
211 OAB, mesmo sendo está na OAB, o que demonstrou que não houve ampla participação social.
212 Participou que os investimentos que serão feitos são normais e que fazem parte de qualquer contrato.
213 Mencionou que o modelo atual é ineficiente, não contemplando a fração orgânica e o avanço da coleta
214 seletiva, sendo o custo deste contrato alto, e segundo a proposta apresentada encarecerá mais 77
215 milhões de reais por ano. Participou sobre apresentação de proposta com diminuição de custo em 30
216 milhões por ano, sendo está aplicada em outras cidades, como Florianópolis. Pontuou sobre as
217 diferenças nas propostas e que os contribuintes teriam uma economia de mais de 100 milhões, pois
218 não teriam o custo dos 77 milhões anuais (referente ao contrato atual) e teriam o ganho de 30 milhões
219 (proposta apresentada) sendo que nesta, também consta a geração de mais de 2 mil postos de
220 trabalho para compostagem e reciclagem. Informou a suma importância em inserir as cooperativas de
221 recicláveis nestas discussões, pois não ocorreu a participação de nenhuma. Sr. Fabio mencionou que
222 há mais convergências do que divergências a enfrentar. Participou que o propósito é aprimorar e que
223 não tem como iniciar, se não pelo marco zero, que foi a 1ª Audiência Pública. Reiterou que foram 30
224 dias abertos para consulta pública, seguidos pela 2ª Audiência. Salientou que a discussão foi muito
225 ampla. Frisou que nem todos os pontos de vistas podem ser introduzidos dentro de um conceito.
226 Informou que foram utilizados todos meios de comunicação para divulgação voltados principalmente ao
227 envolvimento da população nas discussões das Audiências. Exemplificou que como disposto em edital
228 na educação ambiental será investido 1,2 milhões de reais por ano sob a gestão da SEMAM para
229 promover a educação ambiental. Mencionou o espaço da compostagem, que se trata de mil metros
230 quadrados específicos para este uso. Participou que a separação de resíduos é o tema central da
231 proposta que foi colocada. Reforçou que a lógica de uma PPP é a união de ativos econômicos, não
232 sendo possível fracionar em vários ativos econômico num único contrato, caso contrário não é possível
233 atrair a iniciativa privada. Sr. Ibrahim perguntou sobre o biodigestor e mencionou que em assembleias
234 passada foi acordado que o COMDEMA traria um especialista para discussão, para esclarecer se este
235 é viável ou não. Reforçou a questão sobre a PPP específica da coleta e destinação dos resíduos
236 orgânicos. Sr. Fabio reforçou que que não é possível realizar algo separado, devido ao montante
237 financeiro que tem esta PPP. Sr. Presidente agradeceu a apresentação e colocou o COMDEMA a

238 disposição do Sr. Fábio. Sugeriu que as demais contribuições quanto a esta pauta, sejam realizadas
239 por e-mail e que serão encaminhadas ao Secretário. Sr. André mencionou que, ao ignorar a maior
240 fração, que é orgânica, com cerca de 50%, implantando uma área insuficiente para 0,1% desse
241 montante, a proposta de PPP demonstra não ter compromisso com a gestão de resíduos. Lembrou
242 ainda que, um contrato que torna o serviço 40% mais caro, vai na contramão do argumento de que o
243 município teria uma economia ao concentrar diversos serviços em único contrato e, a conta ficando
244 mais cara, não é de interesse público, vai na contramão da sustentabilidade e precisa ser melhor
245 discutida com a sociedade. No item 6, o Presidente informou que serão compilados os assuntos
246 destas, e que encaminhará estes por e-mail. Assuntos Gerais, Sr. Ibrahim participou que está sendo
247 veiculado na internet um projeto de urbanização das favelas, assinado pelo Jaime Lerner e perguntou
248 se há a possibilidade de trazer o assunto ao COMDEMA. O Presidente participou que se informará
249 sobre a questão apontada para que possa dar retorno. Sr. Marcos Liborio agradeceu as apresentações
250 e participou que os canais sobre a Audiência estarão abertos até o dia 3 de maio para contribuições
251 quanto ao Plano de Saneamento. O Presidente mencionou sobre formação de grupo por Whatsapp
252 quanto a questão da Remoção da Vila dos Criadores e que hoje terá visita técnica no local. Nada mais
253 havendo a ser tratado, a Assembleia foi encerrada, sendo a Ata, depois de lida e aprovada, assinada
254 por mim Glaucia Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente

GLAUCIA REIS
Secretária

15ª ASS. ORD. COMDEMA BIÊNIO 2021-2022 – LISTA DE PRESENÇA – 06/04/22

1	SEMAM	TIT: RONALDO VIZINE	PRESENTE	SUP: MARCUS NEVES FERNANDES	
2	SEMAM II	TIT: SERGIO LUIZ O. SCHLICHT		SUP: JOÃO L. CIRILO F. WENDEL	PRESENTE
3	SESEG	TIT: PACITA L. FRANCO	PRESENTE	SUP: VICTOR ARROYO DO VALLE	
4	SEDUC	TIT: ADÉLIA SIMÕES IGNÁCIO *	PRESENTE	SUP: VERGÍNIA CARVALHO *	PRESENTE
5	SEFIN	TIT: FERNANDO CARNICELLI	JUSTIFICADA	SUP: ALEXANDRE MAGNO S. MARQUES	
6	SEMES	TIT: SANDRA C. A. DATTI	PRESENTE	SUP: ALEXSANDER J. GUEDES	PRESENTE
7	SEECTUR	TIT: VÁLERIA C. DA COSTA	PRESENTE	SUP: PAULO GONZALEZ	
8	SIEDI	TIT: PAULO A. FRITELLI	JUSTIFICADA	SUP: LUCIANA C. CASTRO	
9	SMS	TIT: ALEXANDRE N. MENDES	PRESENTE	SUP: CRISTIANO S. SOUZA	
10	SESERP	TIT: CARLOS TADEU EIZO	PRESENTE	SUP: WAGNER A. O. RAMOS	
11	SEDS	TIT:		SUP: FABIANA VALERIO O. ALMEIDA	AUSENTE
12	SEDURB	TIT: VERIDIANA NOBRE		SUP: CARLA PUPIN	PRESENTE
13	SECULT	TIT: PAULO H. M. F. LOPES	AUSENTE	SUP: MICHEL PEREIRA	
14	SEGOV	TIT: RODRIGO GARCIA. M. AZEVEDO *	PRESENTE	SUP: AISAMAR DOS SANTOS	
15	SEPLAN	TIT: ROGÉRIO REBELO *	PRESENTE	SUP: VIVIANE OCROCH *	
16	SEPORT-PE	TIT: ADILSON LUIZ GONÇALVES		SUP: TAMARA RIBEIRO DOS ANJOS	PRESENTE
17	COHAB	TIT: ANA PAULA C. MACHADO	PRESENTE	SUP: JULIANA R. NOBREGA	
18	PRODESAN	TIT: POMPEU O. CAVALCANTE	PRESENTE	SUP: MARLY A. CIMINO	PRESENTE
19	CET	TIT: EDUARDO SIMABUKURO		SUP: CARLOS M. MARQUES	

1	UNIMONTE	TIT: MARIA F. PALANCH HANS	PRESENTE	SUP: ERNESTO S. FORTES	
2	UNISANTA	TIT: MATHEUS S. RUIZ	PRESENTE	SUP: FERNANDO S. CORTEZ	
3	UNISANTOS	TIT: JHONNES A. VAZ	PRESENTE	SUP: CLEBER F. CORRÊA	
4	EPUSP-USP	TIT: YURI T. ROCHA	PRESENTE	SUP: PATRICIA H. MATAI	
5	UNILUS	TIT: CLEIDE B. DE SOUZA	PRESENTE	SUP: DOMEIVER S. VERNI	
6	CIESP	TIT: ERIK S. SALGADO	PRESENTE	SUP:	
7	ASSOC. COM. STOS - ACS	TIT: ROGÉRIO CONDE		SUP: JOSÉ EDUARDO LOPES	PRESENTE
8	CREA	TIT: MARIO R. BODON GOMES *	PRESENTE	SUP: FELIPE OLIVEIRA G. VIEIRA *	
9	AEAS	TIT: ADEMAR SALGOSA JR	PRESENTE	SUP: KATIA DOLABELLA LUZ	
10	ABES	TIT: MÁRIO BENETATI FILHO		SUP: ZENIVALDO A. DOS STOS	
11	OAB - BRASIL	TIT: LUCIANA S. GONZALEZ	PRESENTE	SUP: GILBERTO P. FREITAS	PRESENTE
12	SANTOS LIXO ZERO	TIT: ANDRÉ TOMÉ COELHO	PRESENTE	SUP: MAITÉ F. CENEDESI	
13	VIDAS RECICLADAS	TIT: BRUNO LIMA *	PRESENTE	SUP: MARO CHIOCCARELLO JR *	
14	ASS. SANTISTA DE LONGBOARDER	TIT: JOSÉ ROBERTO FERNANDES	JUSTIFICADA	SUP: CAETANO V. M. FILHO	PRESENTE
15	CONCIDADANIA	TIT: IBRAIM TAUIL	PRESENTE	SUP: CESAR A. M. DE MORAES	
16	INSTITUTO MAR AZUL	TIT: HAILTON SANTOS	PRESENTE	SUP: CARLOS H. B. CANGIANO	
17	SIND DOS ARQUITETOS	TIT: JEAN PIERRE M. CRÉTE	PRESENTE	SUP: ANDRÉ JOST MAFRÁ	
18	CENT ACAD. OCTAVIO BORBA	TIT: JORGE L. DOS SANTOS		SUP: JEFFERSON DE SOUZA	
19	COMEB	TIT: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA		SUP: JESSÉ TEIXEIRA FELIX *	

* Ainda não nomeados no P. A do COMDEMA nº 61.069/2020-54

OBSERVADORES ESPECIAIS

1	SABESP – OBS. ESP	ROSA CRISTINA F. NASCIMENTO		PRESENTE
2	SESEG– OBS. ESP	WASHINGTON MOURA ANTUNES ou ANTÔNIO CARLOS DA SILVA		
3	POLIC. AMB – OBS. ESP	1º TEN. PM MARCELA GONZALEZ ou 3º SGT PM HÉLIO DE ABREU		PRESENTE
4	IBAMA– OBS. ESP	ANA ANGÉLICA ALABARCE PINTO ou ROBERTO REIS DOS SANTOS		
5	AGEM– OBS. ESP			
6	SPA– OBS. ESP	LUIZ FERNANDO MACIEL OLIVA		PRESENTE
7	REDEC– OBS. ESP	REGINA ELZA		

CONVIDADOS PRESENTES

SEMAM	MARCOS LIBÓRIO, RODRIGO DERBEDROSSIAN, FERNANDO AZEVEDO, FERNANDO ALMEIDA, THAMYRES MEDINA E PIERRE SEONE.
SEPLAN	FÁBIO FERRAZ
VIDAS RECICLADAS	PRISCILLA
MUNÍCIPE	MARISE
SEGOV	MARIA FERNANDA KRELING
CIESP	ROSEANE A. N. JESUS